

# Experimentações democráticas sociocentradas na descolonização de práticas de participação: o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia

*Socio-centered democratic experiments in the decolonization of participation practices: the case of the Pataxó Youth Council of Bahia*

Adriane V. Ferrarini<sup>a</sup>, Altemar Felberg<sup>b</sup>, Valéria Giannella<sup>c</sup>

**Resumo** O ciclo participacionista inaugurado a partir do marco da Constituição Federal de 1988 abriu caminhos para movimentos sociais que apostavam na ação institucionalizada, mas se mostrou incapaz de captar demandas de diferentes camadas da população historicamente excluída. Diante disso, objetivamos compreender práticas insurgentes que, ao não orbitarem em torno do Estado, se mantêm invisibilizadas ou subteorizadas em seu potencial de expansão democrática. É o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia, analisado a partir de uma etnografia militante, com o devido suporte teórico-conceitual. Teoricamente, nos valem de perspectivas descolonizadoras para uma ampliação ontoepistêmica do conceito de política, para reconstruir, nesta base, um referencial teórico e analítico centrado na categoria de “experimentação democrática sociocentrada (EDS)”. Concluimos que EDSs simultaneamente criam, restituem e reinventam práticas e saberes de uma democracia substantivamente vivida, revelando potências políticas e inovações públicas para a descolonização das práticas participativas. O CONJUPAB convida a se abrir para a capacidade revolucionária dos movimentos sociobiocentrados e das culturas políticas tradicionais em buscar soluções para os problemas públicos, com/apesar/contra/para além do Estado.

**Palavras-chave** Experimentações democráticas sociocentradas. Experiências Públicas. Participação. Juventude Pataxó. Decolonialidade.

**Abstract** *The participatory cycle inaugurated by the 1988 Federal Constitution paved the way for movements that believed in institutionalized action, but it proved incapable*

---

a Universidade Federal de Pelotas - UFPel. E-mail: [adrianeferrarini@gmail.com](mailto:adrianeferrarini@gmail.com)

b Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. E-mail: [felberg@ufsb.edu.br](mailto:felberg@ufsb.edu.br)

c Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB. E-mail: [valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br](mailto:valeria.giannella@csc.ufsb.edu.br)

*of capturing the instances and demands of vast segments of historically excluded population. In face of this, in this work, we aim to understand insurgent practices that, by not orbiting around the State, remain invisible or undertheorized in their potential for democratic expansion. This is the case of the Pataxó Youth Council of Bahia, analyzed from a militant ethnography, with due theoretical-conceptual support. Theoretically, we use decolonizing perspectives for an onto-epistemic expansion of the concept of politics, to reconstruct, on this basis, a theoretical and analytical framework centered on the category of “sociocentric democratic experimentation (SDE)”. We conclude that SDEs simultaneously create, restore and reinvent practices and knowledge of a substantively lived democracy, revealing political powers and public innovations for the decolonization of participatory practices. The CONJUPAB invites us to open ourselves to the revolutionary capacity of socio-biocentric movements and traditional political cultures to seek solutions to public problems, with/in spite of/against/beyond the State.*

**Keywords** *Sociocentric democratic experimentation. Public Experiences. Participation. Pataxó Youth. Decoloniality.*

## INTRODUÇÃO

O debate público e acadêmico sobre democracia tem se intensificado nos últimos anos, diante de processos de erosão progressiva do sistema democrático, tanto no Sul, quanto no Norte global (Diamond, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018; Sintomer, 2017). Um olhar de longo prazo revela a descontinuidade de processos e estruturas democráticas, que seguem intercalados por períodos de autoritarismo e retrocessos sociopolíticos. Em meio à tradição patrimonialista, neoclientelista e paternalista, a América Latina segue apresentando abissais desigualdades e os maiores indicadores mundiais de violência e corrupção.

O Brasil não pode ser compreendido fora desse contexto latino-americano, com sua cultura política e seus ciclos democráticos. A partir do marco da Constituição Federal de 1988, o país se destacou internacionalmente pela experimentação participacionista, mas este modelo se mostrou incapaz de captar as instâncias e reivindicações de vastas camadas de uma população tradicionalmente excluída, silenciada e invisibilizada, tampouco de ampliar significativamente a cultura democrática e de participação popular no país (Felberg, 2021; Ferrarini; Giannella, 2023). Recentemente, o desmonte sistemático das instituições participativas (IPs) brasileiras, no período de 2018 a 2022, nos empurrou a observar mobilizações e práticas sociais desenvolvidas fora da institucionalidade (Felberg, 2021; Ferrarini; Giannella, 2023), as quais receberam pouca atenção dos estudiosos de movimentos sociais, participação e democracia nos últimos anos (Oliveira, 2022; Souza, 2010).

Neste trabalho, objetivamos compreender práticas insurgentes que, ao não orbitarem em torno do Estado, se mantêm invisibilizadas ou subteorizadas em seu potencial de expansão democrática. É o caso do Conselho da Juventude Pataxó da Bahia (CONJUPAB), referente empírico deste artigo, “um espaço de participação autodeterminado pelos jovens indígenas, de resistência e autonomia, inventado em alternativa aos canais institucionalizados, de caráter não formal, livre e vivido” (Felberg; Giannella, 2020). Tratamos tais práticas como *experimentações democráticas sociocentradas (EDSs)*, autonomamente criadas e geridas a partir de epistemes contra-hegemônicas e formatos deliberativos alternativos. Teoricamente, nos valem de dois conjuntos de contribuições. Primeiramente, referências decoloniais nos conduziram à desconstrução do cânone da democracia liberal-representativa estadocêntrica e à ampliação ontoepistêmica do conceito de política. Nesta direção, fomos guiadas por autores do Sul epistêmico (Dussel, 2006; Escobar, 2003; Mignolo, 2014; Zibechi, 2017), sendo alguns do Norte geográfico (Dewey, 2010; Castoriadis, 2013; Santos, 2009; Sintomer, 2017). Em segundo lugar, buscamos no campo de estudo denominado experimentalismo democrático e em conceitos a ele vinculados (experiência e experimento) novas categorias para análises que privilegiam a ação sociocentrada, na perspectiva do fazer coletivo voltado à transformação da realidade.

Empiricamente, observamos a experiência do CONJUPAB - enquanto prática de mobilização e participação fora dos modelos consolidados - por meio de uma etnografia militante (Felberg, 2023) na condição de pesquisa engajada/implicada como método, e a “participação observante” (Albert, 1997) como principal procedimento de produção de dados sobre o caso. Essa antropologia engajada, de função acadêmica e política, emerge num contexto social e político de protagonismo indígena, em que, a partir da década de 1970, esses povos começam a se organizar em torno de projetos de autodeterminação, reivindicando autonomia e lugar ativo na história e na política.

## PARA ALÉM DO CÂNONE DEMOCRÁTICO

Apesar de a democracia ser o sistema de governo mais aceito e adotado ao redor do mundo, presenciamos o fortalecimento de uma tendência desdemocratizadora, inclusive em países considerados de democracia consolidada (Diamond, 2015; Levitsky, Ziblatt, 2018; Sintomer, 2017). A propalada crise democrática pode ser considerada uma crise dos caminhos sociais, políticos e institucionais que vêm sendo trilhados na tarefa de colocar a democracia em ação. Aliás, em sociedades do Sul global, pairam questões ainda maiores: Vivemos num Estado democrático?

E, se sim, de que democracia estamos falando? Sabemos que o ideário liberal-elitista corresponde a uma prática democrática apenas formal, que permite o uso do adjetivo “democrático” mesmo diante da persistência do fenômeno da exclusão radical de amplas camadas da população do acesso a direitos básicos, à autodeterminação e à voz (Ferrarini, Giannella, 2023). Trata-se da conhecida tensão entre capitalismo e democracia (Dagnino, 2004; Santos, 2009). No Brasil, a participação institucionalizada foi uma aposta para a ampliação de repertórios democráticos e para amenizar os impactos negativos do capitalismo; ela legou avanços inquestionáveis, incorporando reivindicações e pautas da sociedade na agenda estatal. Contudo, esse tipo de participação incorreu em limites, analisados por uma extensa literatura que apontou, dentre outros, a persistência de padrões autoritários e patrimonialistas, burocracia autorreferenciada e dispositivos elitistas para cidadãos com boa escolaridade (Dagnino, 2004; Dagnino, Tatagiba, 2007; Avritzer, 2011; Cunha, et al., 2011; Brasil, 2012; Gasparido, 2018; Giannella, 2018). Diante destas reflexões, é adequado considerar a democracia como um conceito em disputa (Giannella, 2020). O ponto central desta disputa se situa na cisão entre duas noções: democracia liberal-elitista, formal e de baixa intensidade ou democracia participativa, substantiva e de alta intensidade.

É desde perspectivas epistêmicas do Sul, decoloniais e pós-coloniais, que buscamos refletir dilemas democráticos persistentes no continente latino-americano. Nos apoiamos no equatoriano Patricio Arias (2010) para sintetizarmos nossa compreensão sobre a relação colonialidade, decolonialidade e poder. Para Arias (2010, p. 5), “o epistemocentrismo hegemônico logra o controle absoluto da vida, do político, do econômico, da natureza, da espiritualidade e da cultura (...) com o fim de controlar os saberes, subjetividades, imaginários e corpos, assim como os afetos”. A dimensão epistêmica da questão social e do poder se manteve historicamente invisibilizada ou subteorizada em análises políticas e sociológicas. Quando miramos esta dimensão, percebemos que, mesmo nas IPs e em governos progressistas, a colonialidade do saber subjaz, à raiz das concepções, procedimentos e dinâmicas que afastam - ou não acolhem - a alteridade de sujeitos. Notadamente no Brasil, o período de desmonte operado entre 2019 e 2022 agudizou este processo, ao mesmo tempo em que fomentou ou ampliou formas de resistência. Por um lado, aumentou o compromisso pela defesa de conquistas democráticas, por outro, novos e velhos movimentos – entre os quais os indígenas que emergiram desde a virada de século – intensificaram processos de experimentação de formas outras de exercício da democracia *para além* do Estado (Oliveira, 2022).

Tais experimentações emergem desde comunidades e experiências autóctones da América Latina, passando pelas distintas gerações de movimentos sociais e chegando até formas contemporâneas de ativismo social. No entanto, enfrentamos o pré-conceito de que tais experimentações são relevantes apenas *se e quando* interagem com o Estado, sendo este o ator central de um fazer político que só pode ser institucionalizado e formalizado (Zibechi, 2007; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023). O ponto central do argumento dos autores do Sul epistêmico consiste em recuperar o que foi invisibilizado, possibilitando que outros modos de conhecer, ser, viver, produzir e conviver de comunidades tradicionais, ancestrais e populares possam ser acessados e credíveis (Santos, 2003), além de se constituir como exemplos de outras formas possíveis de convivência política.

A desconstrução da monocultura do poder (Santos, 2003; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023) permite o reconhecimento de formas do “fazer político” para além do cânone da democracia moderna, nos conduzindo à ampliação ontológica e epistêmica do conceito de política. Em comum às noções que convergem entre si e consubstanciam uma concepção de política descolonizada e ampliada, identificamos cinco elementos, indissociáveis na prática, mas que, quando separados didaticamente, contribuem para o enriquecimento e pluralização de análises de práticas políticas e experiências democráticas em sua diversidade.

O primeiro elemento é a comunidade como centro do fazer político. No âmbito da modernidade globalizada, a comunidade foi o princípio de regulação social negligenciado em função da hipertrofia do Estado e do mercado. Em alternativa, não se nega o Estado, mas se contrasta a ideia do Estado como centro da política, reconhecendo processos assembleístas de cunho comunitário como potencialmente mais democráticos que os processos da democracia representativa (Acosta, 2006). Além de Acosta, muitos autores do Sul epistêmico têm contribuído para a compreensão do sociocentramento da prática política (Dussel, 2006; Zibechi, 2007; Castoriadis, 2013).

O segundo elemento é o caráter de cotidianidade desse fazer político, que se dá “nas múltiplas esferas da vida, das experiências lúcidas, festivas, estéticas, que acontecem em meio aos labores e ao desfrute de todos os dias” (Echeverría, 1998, p. 78).

O terceiro elemento se refere à alteridade, uma marca não apenas do fazer político, mas própria do social (Castoriadis, 2008) e da condição humana, que nos leva à discussão da diferença, do conflito e da interdependência na organização da vida em comum (Dussel, 2006; Oliveira, Ferrarini, Dowbor, 2023).

Em quarto lugar, identificamos a integralidade deste fazer político no cotidiano, que se refere à não separatividade entre corpo, emoção e mente, como forma de superação do racionalismo cognitivo que demarca o epistemocentrismo hegemônico. A política é produzida também através de gramáticas artísticas, lúdicas, afetivas etc. (Giannella, Batista, 2013; Ferrarini, 2016).

A quinta e última característica diz respeito à presença de formas autogeridas de vida (Oliveira, Felberg, Dowbor, 2023) que reconciliam a política, economia e cultura como dimensões da vida que foram apartadas pela tríade modernidade-capitalismo-colonialismo (Castoriadis, 2013; Dussel, 2006; Polanyi, 1980).

A ampliação ontoepistêmica do conceito de política descortina a atual eferescência de práticas participativas ao redor do mundo e no país. Assim, nesta pesquisa, nos interessam as práticas sociocentradas, autonomamente criadas e geridas, em sua grande variedade e suas diferentes gramáticas, aqui abordadas como condições para a experimentação democrática.

## EXPERIMENTALISMO DEMOCRÁTICO

O experimentalismo democrático é um campo de estudos diversificado que vem analisando a “democracia real” na intenção de explorar possíveis alternativas ao desempenho, geralmente considerado decepcionante e imperfeito, deste sistema de governo (Dorf, Sabel, 1998; Ansell, 2011). A noção de experimentalismo democrático funciona como um “guarda-chuva” sob o qual se encontram propostas teóricas e práticas com diferentes nuances. Adiante, diferenciamos cada uma delas no sentido de marcar nossa posição e a escolha por uma delas, para assim destacar sua efetiva contribuição. Sintetizamos a diversidade acima mencionada sob a forma de três vertentes, a saber: uma primeira ligada à dimensão institucional da democracia e às perspectivas de reforma da estrutura constitucional da política e do Estado (Dorf, Sabel, 1998; Unger, 2011; Gaspardo, 2018). Uma segunda vertente centra-se nas práticas de “*problem solving*”, no domínio da governança democrática, uma tendência associada às múltiplas e possivelmente contraditórias abordagens teóricas que sustentam o próprio “*problem solving*” (Dorf, Sabel, 1998; Ansell, 2011). As duas vertentes anteriores têm mantido uma visão de centralidade do Estado no que se considera possível experimentar, mesmo preconizando a necessária ampliação dos processos de governo (nos termos da governança democrática). A nossa proposta se desloca com relação a esta centralidade, propondo uma ampliação do cânone político, nas formas expostas no tópico anterior. Ela permite reconhecer as práticas sociocentradas como experimentações com poten-

cial de ampliar o alcance da nossa democracia imperfeita e construir um elo entre a noção de experimentação democrática e o que “está fora e para além do centro”.

Nesse propósito se insere uma terceira vertente do *Experimentalismo*, cuja raiz podemos encontrar em John Dewey (1927; 1979) e, nomeadamente, na visão que ele tem dos cidadãos como investigadores coletivos e de suas práticas como processos investigativos e de aprendizagem que materializam uma visão da “democracia como forma de vida”. Esta visão coaduna com o interesse atual de ampliarmos os cânones do fazer político e do significado da participação democrática. Na literatura recente das ciências sociais brasileiras encontramos algumas referências a experimentações democráticas de tipo sociocentrado (Moraes, Parra, 2020; Magalhães et al, 2020; Oliveira, 2022), onde aparece, incipiente, um referencial teórico alternativo ao que ainda orienta a reflexão atual sobre experimentalismo. Reflexão ainda, marcadamente oriunda do Norte global, mesmo existindo em seu seio contribuições de autores pertencentes ao Norte geográfico, mas que integram o Sul epistêmico<sup>1</sup>. A tarefa de consolidar um referencial teórico alternativo, capaz de amparar a compreensão de práticas sociocentradas insurgentes, enquanto experimentações democráticas, está à nossa frente como um dos seguimentos desta pesquisa. No entanto, neste momento, a nossa contribuição vai para uma direção preliminar e complementar; trata-se da retomada da base teórica implícita no conceito de experimento - como raiz incontestável do campo do experimentalismo democrático - e, em contraponto, um aprofundamento do conceito de experiência, explorando quais contribuições esse último nos permite trazer à análise do experimentalismo democrático como prática sociocentrada. Finalmente, nos perguntamos *se* e *como* os dois conceitos podem dialogar e enriquecer a nossa bagagem analítica, mesmo oriundos de matrizes paradigmáticas distintas.

Christopher Ansell (2012), importante expoente do experimentalismo democrático, pondera sobre o uso frequentemente irrefletido do conceito de experimento, empregado mais em sentido metafórico (conotativo) do que assumindo a carga paradigmática que ele carrega (uso denotativo). O conceito de experimento, com sua pretensão de separabilidade de dado fenômeno do seu contexto, replicabilidade, controle sobre fatores pré-determinados e capacidade de verificação de hipóteses, ilustra características típicas do modelo de ciência positivista. Ansell (2012) admite, após uma indagação extensa, que este conceito guarda rastros típicos do paradigma originário, mesmo nas vertentes que reconhecem como impossível se conduzir

---

1 A exemplo do próprio Dewey ou de Cornelius Castoriadis, que nos brindam com contribuições importantes sobre os conceitos de democracia, experimento, experiência e autonomia.

experimentos (em sentido denotativo) no mundo real, mantendo total controle sobre todos os fatores envolvidos e com a possibilidade de verificar o alcance de hipóteses. Na leitura do autor, a abordagem pragmatista e, especialmente, a proposta de John Dewey, é a mais adequada para transitar o conceito de experimento do laboratório à arena política: desinteressada às dimensões do controle e da verificação, enfatiza uma atitude de permanente abertura à investigação cooperativa e aprendizagem social. A leitura de Ansell (2012) é interessante para quem quiser aprofundar esta análise sobre a carga paradigmática do “experimento”. Quanto a nós, focamos agora no conceito de “*experiência*”, para considerar a sua contribuição para uma compreensão diferente de experimentalismo.

Nos aproximamos, com este conceito, de posições paradigmáticas bem distintas do positivismo. Definida como algo que nos acontece e afeta, a experiência é reconhecida, a princípio, como marcadamente subjetiva (Bondía, 2002). Foi foco de atenção de muitos autores e disciplinas, desde a filosofia, psicologia e pedagogia europeia do século passado, na qual autores quais Dilthey, Nietzsche, Benjamin e Vygotsky trouxeram ricas contribuições. Na abordagem de cunho pragmatista desponta, mais uma vez, John Dewey (1979) como figura antecipadora e poliédrica. Na visão dele, a democracia é “forma de vida” e se entrelaça à educação. Mas é no livro *Arte como Experiência* (2010), que Dewey propõe a “experiência estética” como aquela em que um sujeito vivencia uma total integração entre o perceptível, o mental e o emocional. Ele fala da “qualidade estética da experiência”, que não indica algo ligado ao mundo das artes: a experiência é estética porque nela se verifica a integralidade. Falando, por exemplo, do ofício intelectual, Dewey escreve: “Nenhum pensador pode exercer sua ocupação, a menos que seja atraído e recompensado por *experiências integrais*, totais, que valham a pena intrinsecamente” (2010, p. 112, grifos nossos). Sumarizando a proposição do Dewey, Giannella (2023, p. 8) complementa: “Nessa situação em que meios e fim – autodeterminados e autogerenciados – não se separam e onde o conhecimento passa pelo corpo e pelas emoções, acontece, conforme Dewey, a experiência singular e plena, a qual alcança a sua original dimensão estética”.

A proposição de Dewey sobre experiência dialoga perfeitamente com a forma como o pensamento latino-americano busca reintegrar dicotomias separadas pela ciência positivista: corpo-mente, emoção-razão, matéria-espiritualidade.... (Fals Borda, 2012; Giannella, Batista, 2013; Escobar, 2014, dentre outros). A ideia de reconectar o que foi considerado apartado e antagônico (o sentir e o pensar) é pertinente à construção de fundamentos alternativos e inclusivos da multiplicidade e das diferenças dos sujeitos, em sua complexidade tramada por vivências



corporalizadas, culturas, saberes e cosmovisões historicamente marginalizadas. O passo a mais que damos recentemente (Peres, 2020; Giannella, Martins, 2020; Giannella, 2023) é na direção de atribuir à experiência, tradicionalmente referida a uma dimensão individual, o qualificativo de “pública”. É o experienciar individual compartilhado no coletivo, com as complexidades e nuances que este agrega, que é capaz de gerar o valor público da experiência, isto é, sua capacidade de representar e materializar formas relacionais e políticas alternativas às dominantes. Ou seja, mesmo reconhecendo a incontornabilidade da dimensão subjetiva e psicológica da experiência, não é essa (a da psicologia) a lente que nós usamos para ler e interpretar ela. O que nos interessa é a possibilidade de produzir uma indagação sobre a regeneração e inovação da participação contemporânea onde se reconheça o papel fundante da experiência, isto é, da presença integral dos sujeitos, com seus corpos, cores, tendências sexuais, espiritualidades, culturas, racionalidades, interesses etc., sem pretender neutralizá-la e esterilizá-la.

A imbricação entre dimensões que a tradição ocidental de pensamento costuma separar, considerada uma marca abertamente contracolonial, nos conecta também com a discussão que Melo (2021) e, mais ainda, Perlatto (2015), realizam a partir do conceito de contrapúblicos subalternos (Fraser, 1997). Eles afirmam que, no Brasil, as formas desses contrapúblicos construírem os seus argumentos, críticos ao discurso dominante, se distanciaram dos padrões europeus, não adotando necessariamente padrões “críticos racionais”. Diversamente, “assumiram, mecanismos mais “expressivistas”, carnavalescos e lúdicos, muito mais ancorados na emoção, nos sentimentos, no humor, na ironia e na paródia do que nas palavras de ordem prontas e bem formuladas” (Perlatto, 2015, p. 140). Neste sentido, corroboram nosso argumento de que a presença das dimensões integrais e estéticas da experiência pública é crucial para a ampliação do nosso projeto inconcluso de democracia e para ultrapassar as marcas colonialistas que ainda afetam as práticas participacionistas no Brasil e alhures (Perlatto, 2015).

Voltando ao esforço de identificação e delimitação de campos empíricos de pesquisa, buscamos contornar o conceito de “experiências públicas” destacando características transversais que possam ser balizadoras, quais sejam: 1) são radicalmente sociocêntricas; 2) exploram alternativas às formas de convivência dominantes, identificando problemas e possíveis soluções através da criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos (Moraes, Parra, 2020); 3) afirmam a não separatividade e interconexão entre corpo e mente, teoria e prática, projeto utópico e prática política do presente; 4) negam o Estado como centro necessário da

ação política o que permite a declinação das ações “com o Estado”, “apesar” do Estado e “contra” o Estado (Souza, 2010) - ou ainda “para além do Estado (Oliveira, 2022).

Para finalizar esta parte, enfatizamos a ideia de que a presença integral dos sujeitos, junto à afirmação da sua autonomia no autogerenciamento de fins e meios, são marcas caracterizadoras de experiências públicas com potencial de constituir experimentos democráticos inovadores (Giannella, 2023). Neste intuito, apontamos em que base é teoricamente consistente aproximar a reflexão sobre experiência pública, como cerne de uma renovação do fazer político, com a noção de experimento e experimentalismo. Reconhecemos a origem paradigmaticamente distinta dos dois conceitos. Ao mesmo tempo, reconhecemos que o conceito de experimento, enquanto ricamente evocativo, pode ser e tem sido variamente entendido e ressignificado. Em particular, recorrendo mais uma vez à abordagem pragmatista, apontamos o experimento em sua dimensão de abertura à ocorrência da aprendizagem, oportunidade de exploração de um contexto diante de uma situação reconhecida como problemática. Quando um sujeito coletivo assume controle do ciclo que vai do problema à reflexão à deliberação, que pode levar à uma redefinição do problema, ocorre aprendizagem e, conforme Ansell (2011), se manifesta o experimentalismo. Nesse sentido, o pragmatismo se afasta de uma visão positivista de experimento ao enfatizar o seu caráter provisório, probatório, criativo e construído em conjunto. De acordo com o conceito em construção nesta pesquisa e com a observação do CONJUPAB, tratamos de experimentos que ocorrem no mundo real e levam em conta os públicos como experimentadores, como sujeitos integrais da “investigação pública”, sem a necessidade de intervenção de autoridade exterior (Ansell, 2012; Magalhães et al, 2020). São processos políticos, investigativos e de aprendizagem protagonizados por sujeitos que carregam orgulhosamente suas experiências públicas como bagagem inegociável. Entendemos que, nesta vertente, a noção de experimentação democrática é qualificada pela noção de experiência pública, mas agrega a ela a ideia do possível aprimoramento, eventual sistematização e vontade de re-aplicação. Ou seja, a experiência pública passaria a ser uma experimentação democrática quando surge o desejo de seguir vivendo e aprimorando, ou “vivê-la de novo”, entender como ela se deu e sistematizá-la com vistas à sua reaplicação – nunca replicação – a partir das características de cada contexto e sujeitos, possibilitando avaliações e aprimoramentos na sua continuidade e podendo até mesmo vir a constituir conteúdos e agendas para políticas públicas. A ideia de laboratório do comum ou laboratório cidadão (Moraes, Parra, 2020), aliado à perspectiva de ciência aberta, contribuem para este conceito de

experimentações democráticas, no qual diferentes sujeitos e práticas são produtores legítimos de conhecimento e de soluções para problemas sociais.

### **CONSELHO DA JUVENTUDE PATAXÓ DA BAHIA: UM CASO DE EXPERIMENTAÇÃO DEMOCRÁTICA SOCIOCENTRADA**

De acordo com De Mário (2018) reconhecemos três grandes estações da participação política no Brasil, para além da lógica eleitoral: desde o grande fermento, entre a década de 1970 e a instituição da Constituição Federal de 1988, com o surgimento de novos arranjos participativos; a partir da eleição de Lula como presidente da República (2002), com forte impulso para a sua institucionalização; e por fim, a estação dos protestos e a redescoberta da força da ação nas ruas, a partir das manifestações de junho de 2013. A juventude foi um dos segmentos sociais que protagonizou a cena política nessa última fase, sem desconsiderar a emergência de grupos populares de direita. Para Novaes et al. (2006), esse protagonismo não se dá por acaso, mas pelo fato deste segmento ser o mais vulnerável na atualidade, marcado pela falta de perspectivas de futuro.

Ao mesmo tempo, nessa trama sociopolítica, destaca-se o protagonismo dos povos indígenas, reforçando sua “atorialidade” na história, transcendendo uma ideia equivocada de passividade política, em decorrência do seu apagamento e invisibilização nas narrativas oficiais. O fato é que os povos indígenas sempre estiveram aqui e sempre resistiram. Primeiro, bravamente contra a invasão europeia e, hoje, lutando por reconhecimento, direitos e autodeterminação, seja em governos progressistas ou conservadores.

Considerando essa interseccionalidade (jovens e indígenas), o CONJUPAB é uma experiência que vem realizando, desde 2015, de forma autônoma e não-institucionalizada, um importante trabalho de base na busca por soluções para problemas públicos que afetam os povos indígenas, com/apesar/contra/para além do Estado.

Sob as lentes de uma etnografia militante, conduzida nas encruzilhadas de investigação-ação de um pesquisador-ativista-sujeito (Felberg, 2023), essa experiência indígena foi observada no seu florescer cotidiano, acompanhando e participando de cada passo da trajetória da juventude pataxó na sua busca por autodeterminação, desde as primeiras rodas de conversa, reuniões com parceiros/aliados, oficinas e acampamentos, que envolviam dezenas de jovens de mais de 40 aldeias Pataxó do Sul e do extremo Sul da Bahia; num movimento insurgente de invenção de um espaço de participação alternativo àqueles operados sob a lógica estatal, alheio às formalidades, livre e vivido (Felberg, Giannella, 2020, p.

275), caracterizado como um espaço “de partilha de crenças e valores coletivos, de empoderamento social e conquista da autonomia, de construção do *bien viver* e de descolonização”.

A abordagem militante na etnografia oportuniza, ao/à pesquisador/a, olhar e vivenciar a pesquisa sob diferentes perspectivas: primeiro, enquanto sujeito, consciente de seu lugar e papel no processo de coconstrução de soluções inovadoras para problemas públicos; segundo, enquanto pesquisador, conduzindo uma “participação observante” cautelosa e crítica, buscando identificar e respeitar os limites tênues que separam os papéis de pesquisador, ativista e sujeito (sem renunciá-los), numa constante “vigilância epistemológica” (Bourdieu, 1999); e terceiro, enquanto ativista/militante, convicto do seu compromisso com os sujeitos e seus dilemas sociais, em entregar não apenas um estudo, mas um instrumento que possa servir de orientação de luta e resistência política (Felberg, 2023).

O CONJUPAB é uma instância independente criada pela juventude Pataxó do Sul da Bahia, que começa a se desenhar a partir de 2012, vindo a “ganhar corpo” em 2015, durante a 1ª Conferência Nacional de Política Indigenista, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A instância se formou com duplo objetivo: 1. promover a participação do/a jovem pataxó na elaboração de políticas públicas específicas, não sem reivindicar um lugar de fala e voto dentro dos dispositivos da participação institucionalizada, partindo do pressuposto da imprescindibilidade da presença física dos grupos excluídos nos espaços de decisão; e 2. lutar pelo reconhecimento e autodeterminação - dentro e fora do movimento indígena - a fim de viabilizar a interlocução direta com organizações públicas e privadas nas três esferas de governo. A dinâmica de persecução desses objetivos está detalhada em Felberg (2021), não cabendo diretamente no escopo deste artigo.

A trajetória de desenvolvimento do CONJUPAB é marcada pelo protagonismo juvenil indígena, livre adesão e participação, comunidade como centro, respeito aos mais velhos/as, capacidade de autodeterminação e articulação de parceiros, e valorização de percursos formativos livres e orgânicos para darem sustentação ao movimento indígena. Sua história começa com a participação da juventude Pataxó no VI Seminário Cultural dos Jovens Indígenas do Regional Leste, organizado pela juventude Tupinambá em 2012. Junto aos Pataxó Hã-hã-hãe, esses três povos em movimento protagonizam a luta indígena no Sul da Bahia, trocando e aprendendo uns com os outros. Sob o tema “Jovens indígenas nas lutas de seus povos, construindo o bem viver”, o seminário acendeu nos Pataxó o desejo de reaplicar a iniciativa dos “parentes” de se organizarem, social e politicamente.

Três anos depois, em junho de 2015, os/as jovens Pataxó participaram da etapa regional da I Conferência Nacional de Política Indigenista. Foi durante a conferência que eles/as reivindicaram um espaço próprio para debater as questões da juventude, nascendo dali a ideia de criação do CONJUPAB, “não para trabalhar à frente dos anciãos, mas para andar do lado, para poder apoiá-los nos processos de luta”. Destaca-se, aqui, a criação de arranjos sociotécnicos situados e colaborativos para dialogar com o Estado, mas com a preocupação de respeito aos mais velhos e à hierarquia típica da tradicionalidade indígena.

No ano seguinte avançaram em seu processo de mobilização juvenil, com a realização do *I Encontro Territorial da Juventude Pataxó (ETJP) da Bahia: pelo protagonismo, participação social e autonomia dos Jovens Pataxó*, realizado na Aldeia Barra Velha, Município de Porto Seguro (BA). O evento teve por objetivo promover meios ao Jovem Pataxó que permitam a sua mobilização e da sua comunidade, visando ao alcance da sua autonomia, por meio de estruturada formação sociopolítica. O I ETJP/BA reuniu mais de 300 jovens indígenas, divididos em oito eixos temáticos de debate e aprendizagem coletiva: formação social, direitos territoriais, saúde, educação, cultura, trabalho, políticas públicas e participação.



**Figura 1.** I Encontro da Juventude Pataxó da Bahia. Fonte: Felberg, 2021.

O primeiro encontro da juventude Pataxó foi um marco importante na história do CONJUPAB, evidenciando a vontade dos/das jovens em afirmar sua identidade, étnica e geracional, e demarcar espaço dentro do movimento indígena e fora dele. Desse encontro, destacamos as propostas associadas à ampliação da participação indígena nas políticas públicas e às condições requeridas para tal. Os/as jovens

indicaram como ações voltadas ao fortalecimento de políticas públicas nas comunidades: a) participação de um jovem indígena em cada conselho municipal de políticas públicas; b) incentivo aos jovens acadêmicos a darem retorno de ação social para suas comunidades e; c) incentivo à participação dos jovens nas várias esferas do governo (legislativo/executivo/judiciário). Em Felberg e Giannella (2019) é descrita a “tortuosa inserção dos povos indígenas na participação institucionalizada”, apesar da criação de todo um arcabouço institucional-legal para garantir a atorialidade indígena, mostrando o quão a cidadania está longe de se restringir a um conjunto de leis protetivas.

A juventude Pataxó também entendeu que essa inserção nos espaços institucionalizados requer, por sua vez, a formação sociopolítica e capacitação de novos líderes e aperfeiçoamento dos já atuantes, o que passa pela: a) realização de encontros periódicos das jovens lideranças para a construção de pautas a serem discutidas, e que façam parte do processo de formação da juventude e; b) realização de curso sobre legislação indígena para os jovens das aldeias, uma vez que a disciplina não consta no currículo das escolas. Destacamos a formação sociopolítica da juventude como condição para a construção de uma nova cidadania, no intuito de sustentar os direitos até aqui conquistados. Trata-se da busca por um laço constitutivo entre cultura, educação e política; do processo de reconhecimento e assunção dos cidadãos como sujeitos sociais ativos, constituindo-se como seres políticos na luta permanente por direitos (Dagnino, 2004). Esse papel pedagógico da participação implica numa constante qualificação dos cidadãos para que aprimorem suas capacidades de julgamento e ação na arena democrática, o que Gaspardo (2018) classifica como um dos quatro pilares fundantes da democracia participativa. Na avaliação do jovem Kãhu Pataxó, à época, líder do Movimento Unido dos Povos e Organizações Indígenas da BA, “a gente ainda tem muito a se qualificar para ter condições de fazer uma disputa por igualdade”. [...] precisa de formação para ocupar esses espaços deliberativos” (*apud* Felberg, Giannella, 2020, p. 269). Ressai a importância do investimento em formação sociopolítica não somente para participar nas bases da racionalidade que impera nas IPs, mas para ampliar suas competências de crítica a essa, e de proposição de rotas alternativas de coprodução de políticas públicas, mais horizontalizadas e inclusivas. Daí se assenta a invenção de repertórios de participação baseados em outras lógicas e saberes, traduzidos em formas organizativas e enquadramentos identitários que deem conta de potencializar suas vozes.

Após três anos do primeiro encontro, foi realizado em fevereiro de 2019 o *I Acampamento da Juventude Pataxó da Bahia*, na Reserva Pataxó da Jaqueira. Os

jovens e lideranças Pataxó traçaram metas e objetivos para o movimento indígena da região Sul da Bahia, destacando, sobretudo, o papel da Juventude Pataxó frente ao atual quadro de violência contra os povos originários do Brasil, por ação deliberada de um Estado que ignora seu papel constitucional de protegê-los.

Na abertura do evento, o espaço de fala foi dado aos “mais velhos”, o que expressa o valor e lugar da tradição na cultura política Pataxó. Syratã Pataxó, chefe indígena anfitrião do encontro e um dos caciques mais jovens do país, destacou que a juventude é convocada a dar continuidade à jornada dos anciões, como reconhecimento por toda a história de luta dos mais velhos, dedicada à conquista do território e de todas as políticas públicas para o povo Pataxó e que estão sob constante ataque e ameaça. Outras lideranças destacaram que, se hoje o povo Pataxó tem uma terra para pisar e chamar de território, é porque os anciões lutaram para conquistar. Da mesma forma, Raony Pataxó, líder da Aldeia Barra Velha, reforça a importância de se aprender com os mais velhos/as (valorizando saberes ancestrais) e de exercitar a humildade na fala: “Os velhos são como livros sagrados.” Para ele, a juventude precisa se empoderar, o que requer dedicação e compromisso com a identidade e a cultura. Os relatos dos mais velhos evidenciam a importância do exercício de olhar para si, para dentro do próprio movimento indígena e suas bases, como forma de valorizar e reconhecer suas organizações e personagens, assim como suas dinâmicas e manifestações, valorizando a importância de participar de mobilizações populares, intercâmbios, festividades, marchas etc.

No ano seguinte, sabedores de que a luta e enfrentamento indígena deve se dar em nível mais estratégico, os membros do CONJUPAB se reuniram na Aldeia Bugigão, TI Barra Velha, para refletirem sobre as rotas de atuação do conselho, materializadas num plano de ação de médio prazo.



**Figura 2.** Encontro do CONJUPAB na Aldeia Bugigão – TI Barra Velha. Fonte: Felberg, 2021.

O plano é um mosaico de estratégias elaboradas pela juventude para dar conta dos objetivos do CONJUPAB, no sentido de “seguir vivendo e aprimorando” seus processos. Ao analisar o plano, observamos que: 1- A maturação do conselho passa, primeiramente, por sua legitimação dentro do próprio Povo Pataxó, devendo ser conhecido e reconhecido pelas lideranças, anciãos, jovens e por outras organizações de base comunitária, integrando-se a essas; 2- O conselho se fortalece à medida que valoriza os processos de afirmação identitária dentro dos territórios, participando ativamente das festividades tradicionais; 3- A luta indígena não pode ser levada de maneira isolada (política e geograficamente), mas empreendida num processo de integração e de convergência com a luta de outros povos que compartilham dos mesmos dilemas, por isso a importância de apoiar e participar de intercâmbios e mobilizações coletivas; 4- É preciso ocupar os espaços institucionalizados de poder, sejam as instâncias participativas, as câmaras legislativas, bem como as estruturas administrativas dos governos, em seus três níveis; 5- As ações coletivas exigem não só a disponibilidade de pessoas, mas, sobretudo, de capital financeiro, por isso a necessidade de mobilizar parceiros e recursos para viabilizar a luta.

Sob a lógica dos povos em movimento, os/as jovens anunciam a ideia de que a pressão pela efetividade de direitos por si só não garante a construção de um novo projeto de sociabilidade e de mundo; esse depende de suas capacidades de inovação social, autodeterminação e ruptura, de fortalecimento de suas instituições e processos de diálogo, consulta e deliberação. Para tanto, procuram recorrer a múltiplas trincheiras de ação e participação: resistindo por dentro das instituições



governamentais nos três poderes e esferas; ocupando as IPs, as quais têm negado a esses povos o direito à participação/expressão; tonificando suas instâncias de diálogo, consulta e deliberação, e defendendo e promovendo as suas próprias formas organizativas; e, por fim, aglutinando estratégias de mobilização popular para consolidação de uma frente unificada de luta (Felberg, 2021).

O CONJUPAB se firma no papel de somar esforços ao movimento indígena, integrando-se a esse, utilizando o seu vigor para a manutenção de uma resistência firme, unificada e articulada, com o objetivo de ampliar e reinventar os canais de diálogo e escuta indígena para efetivação de demandas em grande medida relacionadas à efetivação de direitos sociais básicos, direito à terra/território e sua autogestão; coparticipação na execução da política indigenista e em seus órgãos operadores; e autodeterminação social e política.

A execução do plano teve de ser adiada pela pandemia de Covid-19 que assolou o país e o mundo desde o início de 2020, assim como as eleições municipais que interferiram nas dinâmicas comunitárias, agravando crises e conflitos já existentes. Nesse período, testemunhamos todo o esforço empreendido pelos jovens Pataxó em ações humanitárias de enfrentamento à Covid-19 e mitigação de seus impactos. Passada a pandemia, o CONJUPAB realizou mais dois encontros oficiais: em novembro de 2023 e em julho de 2024, evidenciando uma capacidade de manutenção de um calendário predefinido de conferências que muitas IPs convencionais teriam dificuldades em realizar. Da organização desses eventos, destacamos: a) a capacidade de mobilização de parceiros e recursos, demonstrando o potencial de diálogo e articulação política da juventude indígena, independente da institucionalidade; b) a valorização dos saberes dos próprios jovens em seus percursos formativos sobre direito indígena, inserção no ensino superior, revitalização da língua Pataxó, resgate das brincadeiras tradicionais, expressão cultural e luta política e; c) a mobilização e engajamento de mais jovens ao movimento, como estratégia de renovar as lutas e consolidar o conselho e sua missão.

## REFLEXÕES FINAIS

A desconstrução da referência canônica da democracia representativa liberal como sinônimo de política e do Estado como seu centro, forjada por estruturas classificatórias colonialistas e capitalistas, nos conduziu à ampliação ontoepistêmica do conceito de política como prática produzida no cotidiano por meio de experiências integrais da vida em comunidade. Frente à arrogância e fracasso dos projetos emancipatórios da modernidade empreendidos pelo Estado e mercado, a busca pela valorização de experiências públicas diversas e plurais como elemento

fundamental de transformação social e de produção de conhecimento, nos aproximou do experimentalismo democrático, em sua versão sociocentrada, e do conjunto de conceitos e noções que orbita em torno dele. Experimentações democráticas produzidas fora dos padrões consolidados da institucionalidade constroem, cotidianamente, o acesso a direitos historicamente negados, experiências de afirmação enquanto sujeitos políticos autônomos que carregam culturas e preservam perspectivas de vida própria, produzindo, no geral, uma ampliação da cidadania real, profundamente negada pela nossa democracia inconclusa. Nesse sentido, o caso que aqui trouxemos se demonstra altamente exemplar do potencial inovador que existe fora da institucionalidade, em espaços frequentemente desconsiderados pela análise política de quem busca a radicalização da democracia.

O CONJUPAB, além de se revelar como uma experimentação democrática sociocentrada, aporta novos elementos às características já tão valorosas de um fazer político ampliado por duas razões principais: pela singularidade e riqueza da cultura indígena e por não negar as formas institucionalizadas; ao contrário, opta por se definir como Conselho e por disputar espaços e políticas, os reinventando desde seus saberes, valores e práticas.

O CONJUPAB, ao se constituir como alternativa - e em complementaridade - aos espaços institucionalizados de participação, nos provoca a refletir sobre o potencial de descolonização das práticas participativas. Se o ideal originário dos conselhos (e de outras IPs), expresso em sua natureza consultiva e deliberativa e na radicalização da democracia (Felberg, Giannella, 2020), não tem cumprido sua finalidade de garantia e acesso real à voz dos excluídos no fazer das políticas públicas, o que podemos aprender com a experiência do CONJUPAB?

Dentre tantas aprendizagens valiosas, destacamos, em primeiro lugar, a indissociabilidade entre o atendimento de demandas locais e o fortalecimento de identidades, visão e capacidade de luta, num movimento de autocentramento comunitário. Em segundo lugar, a importância da existência de espaços livres e “inventados” (Miraftab, 2016), com a inversão de papéis entre quem determina as regras e quem as segue, em contraposição aos espaços controlados, racionalizados, marcados por processos de heteronomia e condicionados por lógicas burocráticas (Felberg, Giannella, 2020). Se as IPs não podem prescindir dessas características, poderiam flexibilizá-las a partir da coexistência desses espaços? Em terceiro lugar, a dinâmica política da aldeia, através de seus conselhos de anciões, assembleias comunitárias, dispositivos de controle social etc., que apresenta um manancial de possibilidades deliberativas que se colocam para além do cânone democrático liberal. Em quarto lugar, a importância da juventude, pela força e capacidade

inovativa que revela quando é protagonista de experiências democráticas e por ser o futuro e a esperança em tempos tão incertos.

Por fim, entendemos que uma lente capaz de des-invisibilizar as experiências - tidas como locais, residuais e inferiores - contribui para a identificação de novas nuances e potências transformadoras presentes em velhas e novas formas de ativismo social, que podem se constituir em verdadeiros laboratórios cidadãos de participação social e inovação pública. São caminhos possíveis para uma cidadania ativa muito mais conhecedora dos problemas públicos, corresponsável pelas soluções e capaz de propor políticas, fiscalizar, se articular e reivindicar. E estes são passos que, no mínimo, tensionam as fronteiras da institucionalidade e qualificam a relação sociedade-Estado na direção de construção de uma democracia real e substantiva, que segue indispensável e urgente.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, Alberto (2016). *O Bem viver: uma oportunidade para imaginar outros mundos*. Tradução de Tadeu Breda, São Paulo: Editora Elefante.
- ALBERT, Bruce (1997). *Ethnographic Situation and Ethnic Movements*. Notes on post-Malinowskian fieldwork. *Critique of Anthropology*, v. 17, n. 1, p. 53-65.
- ARIAS, Patricio G. (2010). Corazonar el sentido de las epistemologías dominantes desde las sabidurías insurgentes, para construir sentidos otros de la existencia (primera parte). *Calle 14: Revista de investigación en el campo del arte*, v. 4, n. 5, p. 80-94, jul-dez.
- ANSELL, Christopher (2011). *Pragmatist democracy: evolutionary learning as public philosophy*. Oxford, UK: Oxford Scholarship Online.
- \_\_\_\_\_. (2012). What is democratic experiment? *Contemporary Pragmatism*, v. 9, n. 2, p. 159-180.
- AVRITZER, Leonardo (2011). “A qualidade da democracia e a questão da efetividade da participação”. In: PIRES, Roberto (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.
- BONDÍA, Jorge Larossa (2002). Notas sobre a experiência e o saber da experiência. *Revista Brasileira de Educação*, n. 19, p. 20-28. Disponível em: <https://bit.ly/3Vehpp9>. Acesso em: 13 abr. 2023.
- BOURDIEU, Pierre; CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude (1999). *A profissão de Sociólogo: preliminares epistemológicas*. Tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira, 2. ed. Petrópolis: Vozes.
- BRASIL (2012). MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, Orçamento e Gestão. Projeto de apoio. Diálogos setoriais Europa Brasil. *Relatório participação social na*

- administração pública federal: desafios e perspectivas para a criação de uma política nacional de participação.* [Brasília, DF].
- CASTORIADIS, Cornelius (2008). *El mundo fragmentado*. La Plata: Terramar.
- \_\_\_\_\_. (2013). *La institución imaginaria de la sociedad*. México: Tusquets Editores.
- CUNHA, Eleonora S.; ALMEIDA, Debora C. R.; FARIA, Claudia F.; RIBEIRO, Uriella C. (2011). “Uma estratégia multidimensional de avaliação dos conselhos de políticas: dinâmica deliberativa, desenho institucional e fatores exógenos”. In: PIRES, Roberto (org.). *Efetividade das instituições participativas no Brasil: estratégias de avaliação*. Brasília: Ipea.
- DAGNINO, Evelina (2004). Construção democrática, neoliberalismo e participação: os dilemas da confluência perversa. *Política & Sociedade*, n. 5, out.
- DAGNINO, Evelina; TATAGIBA, Luciana (2007). *Democracia, sociedade civil e participação*. Chapecó, RS: Argos.
- DE MÁRIO, Camila G.; TRINDADE, Thiago A.; TAVARES, Francisco (2018). Participação política e movimentos sociais no Brasil contemporâneo. *Ideias*, Campinas, SP, v. 9, n. 1, p. 7-16, jan./jun.
- DEWEY, John (1927). *The Public and Its Problems*. New York: Henry Holt.
- \_\_\_\_\_. (1979). *Democracia e educação: introdução à filosofia da educação*. São Paulo: Ed. Nacional.
- \_\_\_\_\_. (2010). *Arte como experiência*. São Paulo: Martins Fontes.
- DIAMOND, Larry (2015). Facing up to the democratic recession. *Journal of Democracy*, v. 26, n. 1, p. 1-20.
- DORF, Michael C.; SABEL, Charles F. (1998.) *A Constitution of democratic experimentalism*. Cornell Law Faculty Publications, 120.
- DUSSEL, Enrique (2006). *20 tesis de política*. México: Siglo XXI Editores.
- ECHEVERRÍA, Bolívar (1998). *Valor de uso y utopía*. México: Siglo XXI Editores.
- ESCOBAR, Arturo (2014). *Sentipensar com la Tierra: nuevas Lecturas sobre desarrollo, territorio y diferencia*. Universidad Autónoma Latinoamericana UNAULA.
- FALS-BORDA, Orlando (2012). “El problema de cómo investigar la realidad para transformarla por la praxis”. In: ARMANDO, Nicolás; LÓPEZ, Lorena G. (Orgs.) *Ciencia, compromiso y cambio social*. Textos de Orlando Fals-Borda 1a ed. - Buenos Aires: El Colectivo - Lanzas y Letras - Extensión Libros.
- FELBERG, Altamar (2021). Conselho da Juventude Pataxó da Bahia: uma reflexão-ação sobre democracia, participação e cidadania à luz da experiência dos povos indígenas. *Tese de doutorado*. UFSB, Porto Seguro.
- \_\_\_\_\_. (2023). “Etnografia militante e povos indígenas: encruzilhadas de um pesquisador-ativista-sujeito”. In: LOSADA, Janaina Z.; LIMA, Márcio S.; COELHO,

- Lilian R.; GOÉS, Eva; SILVA, Matheus. *De valente esperança e rebeldia: ensaios para um Brasil plural*. Salvador: EDUFBA, p. 141-159.
- FELBERG, Altemar; GIANNELLA, Valéria (2019). “Pensando juventude e participação no território indígena Pataxó do sul da Bahia: uma proposta de pesquisa”. In: MORAES, Nelson R. et al. (orgs.). *Povos originários e comunidades tradicionais*, vol. 3. Porto Alegre, RS: Editora Fi, p. 312-342.
- \_\_\_\_\_. (2020). “Conselho da Juventude Pataxó da Bahia: um espaço de participação alternativo, inventado, não formal, livre e vivido. In: CARNEIRO, Ana et al. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: Edufba, p. 261-279.
- FERRARINI, Adriane V. (2016). Corpo e emoção na produção de conhecimento científico: uma experiência de pesquisa sociopoética com trabalhadores da economia solidária. *Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpo, Emociones y Sociedad*, v. 21, p. 80-92.
- FERRARINI, Adriane V; Giannella, Valéria. (2023). As vozes da periferia na democratização da cidade: o 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania em Porto Alegre. *Anais do 47º Encontro Anual da ANPOCS*. Campinas, SP: ANPOCS, p. 1-17.
- GASPARDO, Murilo (2018). Democracia participativa e experimentalismo democrático em tempos sombrios. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 92, p. 65-88.
- GIANNELLA, Valéria (2018). Perspectivas e desafios da participação em tempos de crise democrática. *Revista Nau Social*, v. 9, n. 16, p. 91-106.
- \_\_\_\_\_. (2020). “A democracia em disputa”. In.: TORRUELLA, Joaquín B.; MARTINS, Simone; NEBOT, P. Carmem. (orgs.) *Uma nova democracia para o século XXI*. Viçosa, MG: S. Martins, p. 302-326.
- \_\_\_\_\_. (2023). “Experimentalismo democrático em tempos de crise democrática: nuances e potencial”. In: LOSADA, Janaina Z.; LIMA, Márcio S.; COELHO, Lilian R.; GOÉS, Eva; SILVA, Matheus. *De valente esperança e rebeldia: ensaios para um Brasil plural*. Salvador: EDUFBA, p. 31-50.
- \_\_\_\_\_.; BATISTA, Vanessa (2013). Metodologias integrativas: tecendo saberes e ampliando a compreensão. *Revista Interdisciplinar de Gestão Social/RIGS*, v. 2, n. 3, p. 83-108. (Online).
- \_\_\_\_\_.; MARTINS, Fernanda H. (2020). “Tecendo elos no limiar da pandemia: laboratórios do comum e experiências públicas para a gestão social de territórios”. In: CARNEIRO, Ana [et al]. *Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia*. Salvador: Edufba, p. 209-225.

- \_\_\_\_\_.; FERRARINI, Adriane V. (2023). 1º Congresso Popular de Educação para a Cidadania: metodologias integrativas para a escuta das vozes periféricas. *Anais do XII Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS): Interdisciplinaridade, inclusão e extensão: por uma conexão de saberes entre teoria e prática*. Rio de Janeiro: Seropédica.
- HOFFMAM, Fernando (2020). Entre crise e crítica: os coletivos como novos sujeitos políticos e a reconstrução da democracia. *Disciplinarum Scientia*, v. 16, n. 2, p. 15-29.
- LEVITSKY, Steven; ZIBLATT, Daniel (2018). *How democracies die*. New York: Penguin Random House.
- MAGALHÃES, Thiago; ANDION, Carolina; ALPERSTEDT, Graziela (2020). Laboratórios vivos de inovação social e ação pública: um enfoque analítico e um caminho metodológico baseados no pragmatismo. *Cad. EBAPE.BR*, v. 18, Edição Especial, Rio de Janeiro, p. 681-696, nov.
- MIGNOLO, Walter (2014). Democracia liberal, camino de la autoridad humana y transición al vivir bien. *Soc. Estado*, v. 29, n. 1, p. 21-44.
- MIRAFAB, Faranak (2016). Insurgência, planejamento e a perspectiva de um urbanismo humano. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg.*, Recife, v. 18, n. 3, p. 363-377, Set.-Dez.
- MORAES, Alana; PARRA, Henrique. (2020). Laboratórios do Comum: experimentações políticas de uma ciência implicada. *Revista do Centro de Pesquisa e Formação – SESC/SP*, n.10, p. 113-139, ago.
- NOVAES, Regina; CARA, Daniel; SILVA, Danilo; PAPA, Fernanda (orgs) (2006). *Política Nacional de Juventude: diretrizes e perspectivas*. São Paulo: Conselho Nacional de Juventude, Fundação Friedrich Ebert.
- OLIVEIRA, Gustavo M. (2022). Avivar a autonomia: movimentos sociais e experimentações democráticas para além do Estado. *Rev. Direito e Práx.*, v. 20, n. 10, p. 1-29.
- OLIVEIRA, Gustavo M.; FERRARINI, Adriane V.; DOWBOR, Monika W. (2023). Economía solidaria y hacer político de los movimientos sociales. *Revista Mexicana de Sociología*, v. 85, n. 1, p. 9-38.
- PERES, Janaína (2020). Reinterpretando o fluxo de políticas públicas a partir da experiência: do pragmatismo crítico ao Hip Hop da Ceilândia/DF. *Tese de doutorado*. Brasília: UNB.
- PLEYERS, Geoffrey (2010). *Alter-globalization. Becoming actors in the global age*. Cambridge: Polity Press.
- POLANYI, Karl. (1980). *A grande transformação: as origens de nossa época*. Rio de Janeiro: Campus.
- ROUX, Rhina (2020). “La política de los subalternos”. In: TENORIO, Gerardo Ávalos. *Redefinir lo político*. Cidade do México: UNAM, p. 229-255.

- SANTOS, Boaventura S. (Org.) (2003). *Conhecimento prudente para uma vida decente: um discurso sobre as ciências revisitado*. Lisboa: Afrontamento.
- . (2009). *Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa*. 4.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- SINTOMER, Yves (2017). Condenados à pós-democracia? *Nueva Sociedad*, nº 5, p. 48-59, jun.
- SOUZA, Marcelo (2010). Com o Estado, apesar do Estado, contra o Estado: os movimentos urbanos e suas práticas espaciais, entre a luta institucional e a ação direta. *Cidades*, v. 7, n. 11, p. 13–47.
- UNGER, Roberto M. (2011). A constituição do experimentalismo democrático. *Revista de Direito Administrativo*, v. 257, p. 57–72.
- ZIBECHI, Raúl (2007). *Autonomías y emancipaciones: América Latina en movimiento*. Fondo Lima: Editorial de la Facultad de Ciencias Sociales UNMSM.